

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 26/11/2013 - Edição 944

Comissão começa a aprovação da regulamentação da lei 12.740

Texto está pronto para assinatura, mas ministro teve que adiar a cerimônia

A cerimônia de assinatura do Anexo III da NR 16, que trata da regulamentação do risco de vida/periculosidade dos vigilantes, foi adiada. O comunicado do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi feito na manhã desta terça-feira (26), quando foi proposta uma nova data: quinta-feira (28). Logo em seguida, por volta de 11h30, por meio de outro comunicado, um cancelamento. O ministro do MTE, Manoel Dias, cogitou a assinatura para hoje (26) às 18h, que também não foi confirmada.

Para alívio da categoria, durante a reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) para

debater propostas e homologar o texto que regulamenta a Lei 12.740/2012, houve consenso em relação ao texto. O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e coordenador da bancada dos trabalhadores na Comissão Tripartite de Trabalho (GTT), José Boaventura, participou da CTPP como convidado.

“A CTPP já fechou hoje a discussão sobre o nosso tema com indicação para aprovação na retomada da reunião amanhã (27)”, disse.

A reunião da CTPP é realizada em duas etapas. A primeira, o debate, foi realizada nesta terça-feira (26). As discussões sobre o tema já estão

encerradas e há consenso em relação ao teor do texto de regulamentação, liberando o documento para a segunda parte, que é a deliberação. Esta será realizada amanhã (27).

“Diante do cancelamento e na expectativa de um ato político construtivo por parte do MTE com a categoria, também para fechar com chave de ouro a nossa luta pelo reconhecimento do risco profissional, comunicamos este fato a todos os companheiros e sugerimos que aguardem novas informações”, explicou Boaventura.

Fonte: CNTV

Terceirização, negociação coletiva e conflitos de representatividade foram os temas debatidos na segunda parte do Simpósio Organização e Garantias Sindicais

Mais de 500 ouvintes, entre sindicalistas, trabalhadores, advogados, magistrados, procuradores do trabalho e autoridades, participaram da segunda parte do Simpósio Organização e Garantias Sindicais, organizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) nesta segunda-feira (25). Os temas debatidos nos painéis da tarde foram: terceirização, a negociação coletiva e os conflitos de representatividade. Entre os palestrantes, a opinião era unânime: é fundamental fortalecer a atividade sindical para a manutenção

dos direitos trabalhistas.

No painel sobre conflitos de representatividade, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Manoel Nascimento Melo, destacou o fortalecimento da atividade sindical afirmando que existem mais de dois mil pedidos para registro de novos sindicatos dentro do Ministério. De acordo com o secretário, houve um aumento considerável no número de sindicatos de ofício, seja pela regulamentação de novas profissões

ou pela especialização das categorias, o que demonstra o crescimento da atividade sindical. Por outro lado, diante deste movimento, o Ministério do Trabalho não pode se negar a discutir o desmembramento dos sindicatos, ponderou Osmani Teixeira de Abreu, presidente do Conselho de Relações de Trabalho da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). “Essa discussão sobre o desmembramento deveria estar no âmbito da autoridade ministerial e não da justiça. Somos

a favor de sindicatos específicos e de uma base territorial menor, pois acreditamos que dessa forma ele tem uma representatividade maior”, completou. Na opinião do deputado federal Roberto Santiago, presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, o problema do conflito de representatividade vai além da questão da unicidade de representação. “É um problema na cultura de associativismo do brasileiro. A maior parte das pessoas não vai nem a uma reunião de condomínio, quanto mais em reunião de sindicato. Por isso há dúvidas quanto à legitimidade de representação”, ponderou.

Sobre a negociação coletiva, o advogado da Força Sindical, César Augusto Mello, destacou que essa é a maior atribuição de um sindicato. Melo enfatizou a importância da “autocomposição”, encontro entre as partes e um facilitador do MTE, que ajuda na busca pela solução de um conflito. “Nós louvamos a autocomposição e incentivamos a negociação e as assembleias sindicais”, afirmou Mello. Para o consultor de Relações do Trabalho e Negociações Sindicais do grupo Santander, Alencar Rossi, as negociações coletivas são pouco estimuladas e, quando acontecem, os acordos coletivos são “criticados e alterados na justiça,

subestimando a sua legitimidade”, disse. O desembargador Luiz Eduardo Gunther completou dizendo que sem a negociação coletiva não há direito do Trabalho.

No último painel, sobre a Terceirização, o professor da UFMG e da PUC/MG, Márcio Túlio Viana, destacou que o trabalhador se tornou uma mercadoria. “Agora as empresas contratam funcionários de outras empresas para se esquivar das responsabilidades sobre esse trabalhador. Isso é uma precarização”, enfatizou. De acordo com o professor, a única forma de mitigar esse problema é fortalecer os sindicatos.

Fonte: TST

CUT e centrais realizam ato nesta terça em frente ao BC em Brasília

A CUT e as demais centrais realizam nesta terça-feira (26) o Dia Nacional de Lutas pela redução imediata dos juros. A concentração está marcada para as 9h, em frente à sede do Banco Central, em Brasília, com ato político às 10h.

Segundo Sérgio Nobre, secretário-geral nacional da CUT, a manifestação dá continuidade às ações unificadas promovidas pelas centrais sindicais, como o dia nacional de luta realizado em 12 de novembro, quando a militância foi às ruas para exigir o fim

do fator previdenciário e a correção da tabela do imposto de renda.

As entidades escolheram o dia 26 para a mobilização devido ao calendário do Copom (Comitê de Política Monetária), que nesta semana realiza a última reunião do ano que definirá o índice da taxa Selic.

A CUT e as demais centrais exigem mudanças urgentes na política monetária do governo, caracterizada por sucessivos aumentos na Selic, que só interessam aos bancos, que têm seus lucros cada vez maiores, e

favorecem o capital especulativo.

Com a taxa de juros elevada, bancos e instituições financeiras passam a receber uma remuneração maior pela aplicação de seus ativos em títulos da dívida pública. E se beneficiam ainda mais com a elevação das taxas cobradas nas operações de crédito e empréstimo.

Em outubro deste ano, o Copom elevou a taxa básica de juros de 9% para 9,5% ao ano. Foi o quinto aumento seguido desde abril.

Fonte: CUT

Violência contra a mulher envergonha a sociedade, diz Dilma

A presidente Dilma Rousseff disse nesta segunda-feira (25), no Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, que primar pela segurança feminina é condição para uma nação mais justa, cidadã e igualitária. Em sua conta no Twitter, Dilma escreveu que, graças às lutas das mulheres, o Brasil está mudando.

“A violência contra a mulher envergonha a sociedade que, infelizmente, ainda é sexista e preconceituosa. É uma forma de preconceito do ‘mais forte’ contra

a mulher, apenas pelo fato de ser mulher”, escreveu Dilma, ao acrescentar que a Lei Maria da Penha foi o alicerce do combate à violência contra as mulheres no país.

A presidente destacou que o Programa Mulher, Viver sem Violência é o caminho para garantir o “combate permanente e sistemático a essa violência”, destacando, entre os serviços para o atendimento às mulheres, as delegacias, a Defensoria Pública e o atendimento psicossocial.

Lançado em março, o programa

prevê a construção de centros (Casa da Mulher Brasileira) em todas as capitais. Além dos serviços citados pela presidenta, as mulheres terão nesses espaços assistência social, acolhimento e orientação para o trabalho. O governo espera atender cerca de 200 mulheres por dia e 72 mil por ano em cada um deles. Devem ser investidos, até 2014, R\$ 265 milhões, sendo R\$ 115,7 milhões na construção dos centros, compra de equipamentos e manutenção.

Fonte: Agência Brasil

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Edilson Silva Pereira

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Anibal Bispo - Diagramação: Damião Alves



site: www.vigilantecntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF